

O CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

THE FIELD OF SOCIAL SCIENCES IN BRAZIL

Maria Filomena Gregori

Professora Livre-Docente do Departamento de Antropologia (UNICAMP), atualmente coordena o Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade, articulação de instituições da sociedade civil acadêmica de iniciativa da SBPC, foi Presidente da (ABA) na gestão 2019-2020, é Presidente da (ANPOCS) na gestão 2025-2016.

RESUMO

Nesta comunicação, apresento algumas reflexões do campo das ciências sociais no Brasil, a partir da minha experiência como presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), como membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além de coordenadora do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade e atual presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Estas instituições têm sido responsáveis por iniciativas de resistência aos ataques sofridos pelas ciências humanas durante o governo de Jair Bolsonaro. Relaciono a expansão do campo das ciências sociais no Brasil, em especial a antropologia, com o fortalecimento de grupos de pesquisa sobre o ambiente de novos ativismos e a expansão de direitos e de novos sujeitos de direitos.

Palavras-chave: Ciências Humanas; Expansão das Ciências Sociais; Liberdade científica; Resistência.

ABSTRACT

In this presentation, I offer some reflections from the field of social sciences in Brazil, based on my experience as president of the Brazilian Anthropological Association (ABA), as a member of the Brazilian Society for the Advancement of Science (SBPC), as coordinator of the Observatory for Research, Science, and Freedom, and as the current president of the National Association for Graduate Studies and Research in Social Sciences (ANPOCS). These institutions have been responsible for initiatives resisting attacks against the humanities during Jair Bolsonaro's government. I relate the expansion of the social sciences field in Brazil—especially anthropology—to the strengthening of research groups focused on the environment of new activism, as well as to the expansion of rights and new subjects of rights.

Keywords: Human Sciences; Expansion of the Social Sciences; Scientific Freedom; Resistance.

Para mim é uma honra participar deste seminário que celebra os 70 anos do Departamento de Ciências Sociais e realiza esta celebração de modo a tentar discutir e enfrentar os desafios da democracia contemporânea. Eu agradeço em especial ao reitor, Pe. Anderson Antônio Pedroso, ao Francisco de Guimaraens, Decano do Centro de Ciências Sociais (CCS), e aos meus amigos Maria Alice Rezende de Carvalho e Everton Rangel, que me convidaram.

Eu penso ter sido convidada para apresentar algumas reflexões do campo das ciências sociais no Brasil, a partir justamente da minha experiência como presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), numa gestão particularmente delicada, de 2019 a 2020, quando a gente criou A4, uma articulação das associações de ciências sociais. Criamos a Associação um pouco como um dique, mesmo, para a proteção dos direitos fundamentais. Ela nasceu no intervalo do primeiro ao segundo turno das eleições de 2018, e justamente naquela semana estávamos todos em Caxambu (MG), e algumas invasões foram feitas pela Polícia Federal em centros acadêmicos e em alguns centros de pesquisa nas universidades brasileiras. Então, nós dirigentes das associações nos reunimos e montamos a A4, que foi uma ação de resistência, mas também um aprendizado de sair um pouco das armadilhas, ou, antes, da crescente disciplinarização das nossas áreas, e tentar pensar como cientistas sociais. Naquele momento, evidentemente, numa posição mais política e de articulação, reunindo esforços e voltando a dialogar conjuntamente, o que foi muito positivo, ainda que reconhecendo o quanto o cenário era sombrio.

Acredito que fui convidada também porque coordeno uma iniciativa da SBPC, que é o Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade, que reúne representantes da SBPC, como Otávio Velho, Ildeu Moreira, que foi presidente da SBPC, e representantes de organismos da sociedade civil: Maria Hermínia Tavares de Almeida, representando a Comissão ARNS; Débora Duprat, que foi Procuradora-Geral da República; Conrado Hübner Mendes, que é uma pessoa do Direito, mas que coordena um centro de estudos sobre o autoritarismo; Sérgio Luis Carrara, da UERJ, que é do IMS; Carlos Benedito Martins, que representa a Sociologia; e Deisy Ventura, professora da Faculdade de Saúde Pública da USP, que realizou pesquisas importantíssimas, acompanhando todos os desmandos e as propostas feitas durante o governo do Jair Bolsonaro.

Nós sabemos que, nos últimos 20 ou 25 anos, o Brasil tem assistido a uma expansão extremamente significativa da ciência, expressa na ampliação dos programas de pós-graduação, bem como por uma espécie de estratégia de capilaridade por todo o território nacional. Essa abrangência ainda é muito pouco conhecida pela sociedade brasileira, e, mesmo que reconhecida muito fragilmente quando se trata das *hard sciences*, é percebida com maior precariedade quando se trata das ciências englobadas na área das Humanidades.

Para termos uma noção, as Humanidades incorporam mais de 27 áreas do conhecimento científico, em 3 grandes conjuntos: Humanas, Sociais Aplicadas, e Linguística, Letras e Artes, totalizando mais de 70.000 docentes e doutores. Esses estudos foram realizados por um centro

importante, com o qual temos muita convivência, que é o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), e muitos deles a pedido do Fórum de Ciências Humanas, que tem sido realizado com muita competência. Evidentemente, não temos os dados atualizados, pois não foram feitos levantamentos no governo de Jair Bolsonaro.

Mas já se admitia a necessidade de que essas informações muito gerais, sobre uma área que é tão imensa, pudessem ser melhor cotejadas e interpretadas de forma a justamente tentar avançar, assim, as singularidades das áreas disciplinares. A antropologia e as ciências sociais, de modo geral, estão voltadas a problemáticas sociais e com alta participação na esfera pública, o que em certo sentido nos diferencia de outros perfis de ciências sociais pelo mundo. Essa dimensão política é valiosa no Brasil, sobretudo depois da Constituição de 1988, quando cientistas sociais foram convocados a decifrar e enfrentar problemas estruturais resultantes de uma expressiva desigualdade social, através da formulação e avaliação de políticas públicas, e também da formação de profissionais. É necessário sempre partir do pressuposto de que a desigualdade social é uma abstração, se ela não estiver considerada a partir de evidências quantitativas e qualitativas, que vão situando os grupos sociais em termos de classe social, gênero, raça, etnia, regionalidade, nacionalidade, escolaridade e também orientação sexual. Este Seminário é uma oportunidade valiosa para estabelecermos, com a densidade necessária, os parâmetros desse debate.

Durante quatro anos, nós vivemos um contexto político que, infelizmente, não foi inteiramente superado: sofremos perseguições, desqualificações, e o obscurantismo da negação da ciência, que, se por um lado, evidencia uma premência de denúncias dos casos, trouxeram também, por outro lado, a oportunidade de ampliar nossas alianças e de pensar, até porque a liberdade acadêmica e a autonomia universitária são tão importantes para a produção científica do conhecimento e são defendidas pela Constituição.

Não se trata apenas de seguir os preceitos constitucionais de modo irrefletido, mas antes, deixar evidentes para toda a sociedade e para as novas gerações os impactos do que acontece quando se ataca a liberdade. Quando se fala de liberdade acadêmica e científica de pesquisa, é preciso assinalar algo que infelizmente não é óbvio: o que se define como liberdade acadêmica implica sempre a formação prolongada, humanística na sua base, que vai gerando conhecimento pela formulação de boas perguntas capazes de interpelar o senso comum, ideias muitas vezes arraigadas, que impedem inovações, avanços tecnológicos, como a preservação e cuidado com os recursos ambientais e naturais, a defesa do planeta e a lei.

O que se afeta com os ataques a essa liberdade, com as desqualificações, com aquele deboche sistemático a que assistimos, como aquele que procedia por uma inversão de valores, confundindo propositalmente liberdade com liberalidade, ou conhecimento científico com crença. Isso afeta todos nós como coletividade humana. Há, pois, um sentido público e abrangente ao se exigir uma responsabilidade ética quando se fala em liberdade. Há, sobretudo,

a responsabilidade social em garantir bem-estar através do respeito aos direitos conquistados pela pessoa humana nas suas variadas dimensões, mas também há a convicção de que as mudanças climáticas, que, no caso do Brasil, estão fortemente implicadas no desmatamento, estão no centro de muitos dos problemas geopolíticos e diretamente ligados às injustiças e desigualdades.

O que o mundo percebeu, e a ciência, as pesquisas da divulgação científica, têm tentado ajudar a reconhecer, é como estão intrinsecamente articulados biodiversidade, diversidade social, proteção ambiental e a busca da equidade social, econômica, política e cultural. Portanto, os impactos de ataques sobre os conhecimentos acumulados, bem como sobre a capacidade de produzirmos novos conhecimentos, afetam a vida e o bem-estar em suas perspectivas mais amplas, e é isso que devemos proteger e garantir. Assistimos a ataques sistemáticos às liberdades que foram sendo cometidos em diferentes instâncias. Aliás, se fizemos uma espécie de linha do tempo, temos que admitir que antes mesmo do governo Bolsonaro foram criados movimentos como o Escola Sem Partido, ainda no início dos anos 2000, que passaram a gerar uma atmosfera de desconfiança e suspeitas em nome de um moralismo que não reconhece direitos, ameaçando a produção, veiculação e difusão do conhecimento. Em momentos de enfraquecimento de instituições democráticas — aqui considerando o foco preferencial de ataque às ciências humanas —, vale lembrar e enfatizar que estas ciências não são ideologias, como foi sendo afirmado constantemente. Aliás, é enorme a desqualificação do conceito de ideologia, que tem sido tratado apenas por falseamento e mistificação, retirando toda a riqueza da teoria social a respeito.

As ciências também trabalham com metodologias específicas, fazendo com que os seus resultados sejam baseados em evidências sempre sujeitas à prova e ao debate, mas amparadas por métodos e teorias. Além disso, as pesquisas usam dados para chegar a determinados resultados, apontando, assim, a importância do Censo Demográfico, que deixou de se realizar, da PNAD, do Censo Habitacional, da PAS (Pesquisa Anual de Serviços - IBGE) etc., instrumentos de conhecimento que também foram sendo pressionados e de alguma maneira passaram por processos que o IPEA chamava de “assédio institucional”, que foi muito grave nos anos passados, mas não está garantido que não voltem a nos ameaçar.

Assim, a missão do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade, coordenado por mim, é a de tentar registrar, acompanhar, tornar público, encaminhar às autoridades competentes qualquer atentado à liberdade de expressão, à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o conhecimento científico; busca, também, promover de modo amplo o direito ao acesso e à integridade dos resultados de pesquisa. As investigações devem ter provas qualificadas, eticamente orientadas, para que se possa, assim, através de uma espécie de promoção de uma ciência cidadã, contribuir para a manutenção da democracia. Aqui está também o nosso papel.

Para ser mais específica, seguirei a partir de agora com algumas informações sobre a expansão do campo da antropologia no Brasil e pensar sobre quais são os seus desafios. Coletei essas informações em dois livros, duas publicações realizadas por diretorias passadas da ABA. Um dos livros chama-se *O campo da Antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios* (2018), organizado por Bela Feldman-Bianco e Daniel Schroeter Simião; e o outro livro, também muito importante, porque a antropologia tem uma participação na esfera pública muito significativa, chama-se *A antropologia e a esfera pública no Brasil* (2018), e foi editado por Antônio Carlos de Souza Lima e a diretoria da ABA. Se formos considerar os dados de pós-graduação, ainda que estejam sendo criadas muitas faculdades, muitas graduações de antropologia, as informações ainda são muito pouco consistentes, de modo que vou considerar os dados de pós-graduação.

O número de programas de antropologia e arqueologia triplicou no Brasil. Eram 10 programas em 1998, 18 em 2008, 33 em 2018. Essa expansão corresponde a uma redistribuição dos programas (PPGs) do país, vista também na ciência política e na sociologia. A maioria dos novos programas foi criada no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Bela Feldman-Bianco (2018) sugere que essa expansão, que é espantosa, corresponde a uma demanda reprimida, na medida em que a maioria dos programas de pós-graduação em antropologia foi criada em conjunto com as ciências sociais. Essa expansão, assim, ocorreu num processo de crescente disciplinarização segmentar. Mas devemos notar que, mesmo tendo estimulado essa disciplinarização, foram criados novos contingentes de alunos. Para termos uma ideia, no Nordeste, o percentual de estudantes de pós-graduação cresceu de 15% para 24% do montante geral de alunos do país, ainda que tenhamos de admitir que o Sudeste conte com mais de 40% do alunato nacional de pós-graduação em antropologia.

Além da expressão quantitativa, foram consolidadas mais que o dobro de linhas de pesquisa: eram 41 em 2002, que acumularam as décadas de 1970 a 2002, e foram para 102 em 2020. Muito dessa expansão das linhas de pesquisa está relacionada com a afirmação de direitos das minorias e das populações tradicionais. A linha de maior espraiamento pelos programas é referente a direitos, territórios e identidades. Nessa proliferação de programas e de grupos de pesquisa, Júlio Simões, neste livro, destaca algumas pendências que eu acho que valem registro aqui para entendermos, inclusive, porque isso deve ocorrer também no caso da sociologia e da ciência política.

Nós assistimos a um deslocamento dos egressos dos programas mais consolidados, que se titularam como mestres e passaram em concursos para os programas mais novos, com destaque, sobretudo, para os programas do Nordeste e do Centro-Oeste. Mas, ao mesmo tempo, assistimos a um mesmo deslocamento dos alunos que se titulam como mestres nesses programas para realizarem doutorados e pós-doutorados nos programas mais consolidados. Assim, os programas mais antigos ainda são os mais valorizados, e se destacam pela formação de quadros nas hierarquias formativas.

Teremos que enfrentar criativamente as assimetrias que submetem os requisitos para internacionalização, mostrando conhecer, estimular e fortalecer o que algumas pessoas chamam, e Gustavo Lins Ribeiro chama, de “antropologias não hegemônicas”, para não falar do Sul. Destas, $\frac{3}{4}$ das pesquisas ainda são realizadas no Brasil, até no caso da antropologia; sendo apenas 13% delas feitas na África ou na América Latina.

A internacionalização é o mote do regime acadêmico que acompanha o produtivismo e a expansão do governo do ensino superior, dando base a protocolos que estruturam o regime global e a sua expressão em *rankings*. Perguntar por essa internacionalização, antes de recusar relações que estabelecemos, implica colocar em nossas agendas algumas indagações: quais diálogos em termos epistemológicos e políticos globais podemos estimular? E partir sempre do pressuposto de que esses protocolos, que atualmente organizam o regime global e que destacam a centralidade de alguns, correspondem a uma dinâmica na qual língua, acesso e distribuição dos resultados de pesquisa, modos de circulação e interações diferenciais produzem uma trama de poderes e de desigualdades que deve ser levada tão a sério quanto à seriedade com a qual a antropologia sempre lidou com os fenômenos sociais, culturais e políticos das sociedades que estudamos.

Aliás, essa trama de poderes, que é assimétrica, implica em considerarmos limites e desafios que nos colocam esses parâmetros de práticas que têm orientado as políticas científicas. É necessário termos muita cautela e olhar crítico sobre os sentidos que orientam os procedimentos de distribuição de prestígios e recursos, e que têm sido prevaletentes. Estamos enfrentando muitas propostas – lembro-me da época em que estávamos mais atuantes na A4, tivemos que enfrentar aquele projeto chamado “Future-se” – superficiais, levando ao limite algo que já estava bem indicado nas ponderações críticas feitas por uma antropóloga inglesa muito importante, a Marilyn Strathern, num livro que ela organizou chamado *Audit Cultures* [*Cultura das auditorias*, em tradução livre], publicado nos anos 2000. Nele, ela pensa o sistema britânico, sobretudo aquele que foi implantado nos anos 1980, na época da Margaret Thatcher. Ela assinala que essa cultura implica a produção de um instrumental de mensuração quantitativa de produtividade, e, no caso do Brasil, essa mensuração orienta a distribuição de bolsas, sobretudo de recursos de pesquisa.

Também abrimos um parêntese, pois os recursos de pesquisa para as ciências sociais, da antropologia, sobretudo, bem como a formação de pesquisadores, estão intimamente ligados a bolsas. Na antropologia ainda há mais laboratórios e os gastos com áreas como a antropologia visual aumentaram, mas ainda majoritariamente dependemos de bolsas, o que torna muito graves as ameaças e os cortes que vivemos e que podemos ainda vivenciar daqui a poucos anos.

Mas, voltando à cultura das auditorias, Marilyn Strathern chama a atenção para as implicações que já vivenciamos e que há um bom tempo estão se tornando cada vez mais explícitas. Em primeiro lugar, no caso do sistema britânico, houve uma crescente vinculação do

financiamento ao número de estudantes, o que já se verifica aqui no Brasil, onde existem propostas cada vez mais focadas nesse tipo de procedimento. Uma noção de produtividade que, longe de estimular a temporalidade própria das ciências, ainda mais considerando as diferenças dos tempos de maturação das hipóteses, das investigações e da inovação de ideias e conceitos, opera uma lógica de rendimento que é própria da produção empresarial, o que é, afinal, uma lógica liberal incorporada na avaliação, ainda que feita por pares. Outra ideia é a da instituição de um conceito de “boa prática” na condução de assuntos acadêmicos, o que significa, contudo, uma ênfase em procedimentos de gestão e metas financeiras saindo de um núcleo empresarial. A competição no modo como ela pode ser incorporada no ambiente acadêmico corre o risco de não ponderar sobre a relação entre recursos existentes e os necessários, sobretudo para uma pós-graduação num cenário de assimetrias e desigualdades como no país em que a gente vive.

Por fim, apenas para destacar mais um aspecto, a antropologia brasileira se voltou e se volta para problemáticas sociais brasileiras e com alta participação na esfera pública e impacto social. O fato de estar articulada com a defesa dos direitos fundamentais e das minorias frente ao Estado e junto aos movimentos sociais não deve ser visto, me parece, como um localismo excessivo. Sobretudo porque esse tipo de interpretação retiraria o significado da dimensão política do fazer da antropologia e das contribuições que o conhecimento antropológico enseja para a consolidação de uma ciência inovadora e de participação social.

Mas, se a participação na esfera pública faz parte da atuação das ciências sociais, é preciso que também estejamos atentos aos limites da politização. Temos que enfrentar com profundidade, mas também delicadeza, o problema da prática dos cancelamentos, algo que nos tem chamado muito a atenção e tem criado muitos problemas para associações, sobretudo em função de denúncias. Temos que, de alguma maneira, enfrentar, dar vazão e estabelecer critérios até éticos em relação a isso. Sem negar a importância da expansão da horizontalidade e a reparação dos efeitos que as desigualdades sociais geraram e ainda geram num sistema acadêmico, é também preocupante que não consigamos problematizar as fronteiras muito tênues que separam a justa denúncia das desigualdades da obliteração da capacidade crítica e do diálogo.

Preocupa-me em particular uma certa crítica que tem sido feita, uma generalização, que me parece muito abrangente e também imprecisa, que alguns setores têm utilizado quando chamam e invocam o termo “identitarismo”. Imprecisa porque não apenas desconsidera toda uma trajetória de lutas diferenciais e valorosas dos feminismos — porque não há um —, dos movimentos negros, dos movimentos LGBTQIA+, como reúne, numa espécie de categoria, disposições políticas que são muito diversificadas numa lógica que é sempre desqualificadora.

Contudo, eu acho que não podemos deixar de ponderar sobre como estes ataques e cancelamentos estão sendo feitos, especialmente no mundo de hoje, em um ambiente cada vez mais perpassado pela internet, pelas redes sociais, e, mais recentemente, pela inteligência

artificial. O mundo contemporâneo vive em um paradoxo com o qual teremos que aprender a lidar: as redes sociais, que têm sido empregadas com muita eficiência pela extrema-direita para difundir conteúdos falseadores e que disseminam o ódio e o pânico, são também o ambiente de resistência, dos novos ativismos e da expansão de direitos e de novos sujeitos de direitos.

O desafio neste sentido, pensando na formação das novas gerações, é extremamente intrincado. A mera proibição não vai conduzir a uma maior proteção; ela vai inclusive limitar a habilitação e a construção de um saber valioso e pedagógico na formação da cidadania. Nesse sentido, é necessário regulamentar sem limitar as possibilidades de expressão e de expansão de modalidades de ser e estar no mundo que ainda não são consolidadas, que ainda não são reconhecidas ou sequer conhecidas.

Bibliografia

FELDMAN-BIANCO, Bela; SIMIÃO, Daniel Schroeter. *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias mundiais: para um novo cenário global na antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 147-165, fev. 2006.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de [et al.] (org.). *A antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers; Brasília: ABA Publicações, 2018.

STRATHERN, Marilyn. *Audit cultures. Anthropological studies in accountability, ethics and the academy*. New York: Routledge, 2000.